

***El monstruo quiere volver: Montoneros e sua associação aos exilados argentinos na transição para a democracia (1983-1984)***

ANA CAROLINA BALBINO\*

***Introdução***

Durante a última ditadura militar argentina (1976-1983), milhares<sup>1</sup> de pessoas foram obrigadas a deixar sua pátria, seja porque suas vidas eram diretamente ameaçadas pela repressão, seja porque o país não oferecia mais condições para que permanecessem ali. Dessa forma, o exílio, nunca admitido como pena pelos militares, tornou-se uma constante na vida da população. No entanto, viver definitivamente fora da Argentina não fazia parte dos planos de muitos desses emigrados.

Após a guerra das Malvinas (1982), o regime militar, que já vinha sendo contestado por parte da população, perdeu de vez a sustentação popular, tornando impossível sua manutenção por muito mais tempo. Para muitos exilados, aproximava-se o momento certo para retornar, já que a ditadura não representava mais um grande perigo. As primeiras eleições democráticas e a ascensão de um presidente civil pareciam confirmar que o pior havia passado, e que nada mais podia impedir os exilados a retornarem ao seu país.

Contudo, nesses anos de transição política, a imagem do exílio ainda aproximava-se muito daquela criada pelo regime militar<sup>2</sup>. O exilado ainda era visto com desconfiança, e sua ligação com os grupos “subversivos terroristas” que atuaram no país era uma forte suposição. Se não tinham nenhuma ligação com o terror, porque haviam

---

\* Aluna do programa de Mestrado da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do professor Dr. José Alves de Freitas Neto, com financiamento por bolsa CAPES.

<sup>1</sup> É bastante difícil precisar exatamente quantas pessoas deixaram a Argentina devido a repressão perpetrada durante o governo militar. Segundo um estudo do Instituto Nacional de Estadísticas y Censos, feito em 2003, cerca de 330.000 pessoas teriam deixado o país entre 1975-1984. – VER: YANKELEVICH, Pablo. 2008, p. 211.

<sup>2</sup> Durante os anos do regime militar, na tentativa de desqualificar as denúncias perpetradas por milhares de argentinos que viviam no exterior, o governo passou a ligar a imagem do exilado com a suposta subversão que assolava o país. Dessa forma, afirmavam os militares, aqueles que haviam saído eram terroristas que, derrotados militarmente na Argentina, buscavam refúgio no exterior e procuravam denegrir a imagem do país através da chamada campanha antiargentina. – VER: CANELO, Paula. 2008, p. 132-133.

fugido? Como a população poderia recebê-los bem, se não havia a certeza de que eram inocentes?

A desconfiança em torno daqueles que retornavam era estampada nos jornais do período. Em muitos periódicos, as notícias ligadas ao exílio vinham sempre acompanhadas de adjetivações ligadas à Doutrina de Segurança Nacional, como subversivo, terrorista, marxista e delinquente. Dessa forma, o temor da sociedade era alimentado pelos meios de comunicação.

No entanto, a possibilidade de um retorno causava mais calafrios do que qualquer outro: o de membros do grupo Montoneros<sup>3</sup>, principalmente na figura de seu líder, Mario Eduardo Firmenich. O enfrentamento militar da guerrilha começou ainda no governo Isabel de Perón (1974-1976), recrudescendo, certamente, a partir da tomada de poder pelas Forças Armadas, em 1976. Com a “guerra suja<sup>4</sup>” em andamento, e o incrível número de “desaparições”, muitos membros da guerrilha perceberam que a única chance de manterem-se a salvo era buscar refúgio fora da Argentina. Entre os montoneros exilados, estavam nomes importantes dentro do grupo, como Firmenich e Fernando Vaca Narvaja<sup>5</sup>.

O exílio dos guerrilheiros foi visto com alívio por grande parte da população, já que estes eram apontados como responsáveis pela violência que assolava o país. Contudo, com o enfraquecimento do regime militar, a partir de 1982, e, principalmente, com o retorno da democracia, representada pela instalação do governo Alfonsín (1983-1986), Firmenich e outros montoneros reapareciam em cena, querendo retornar

---

<sup>3</sup> Os Montoneros, juntamente com o ERP (Ejército Revolucionario Popular) foram as duas principais organizações guerrilheiras argentinas nos anos 1970. A partir de 1975, estes buscaram estender seu campo de ação militar, passando a executar diversas ações armadas (sequestros, intimidações e assassinatos). – VER: NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente, 2007, pp. 87-98.

<sup>4</sup> O nome “guerra suja” foi usado pelos próprios militares para designar a repressão perpetrada pelo Estado. A nomenclatura, vinda da Doutrina de Segurança Nacional, visava deixar claro que a Argentina havia se envolvido numa guerra interna, com dois lados bem definidos, a qual previa o uso de métodos pouco ortodoxos.

<sup>5</sup> Mario Eduardo Firmenich e Fernando Vaca Narvaja eram apontados pelo regime militar como os dois principais líderes dos Montoneros. Ambos viveram em diversos países durante seu exílio, como França, Espanha, México e Brasil.

legalmente ao país. Para grande parte da sociedade, esse retorno representava a volta do medo e do terror.

Praticamente nenhum exilado tinha boa recepção quando voltava à Argentina. Além do receio de que estes fossem ex-membros dos grupos terroristas, para muitos o exilado era aquele que havia fugido, que não havia sofrido na pele os males que muitos ajudaram a criar no país.

*Las convicciones no se perdieron, por el contrario, en muchos casos se consolidaron. De modo que quienes volvieron se encontraron con un ambiente distante y hostil, pues 'hubo rencillas, resquemores y demás, porque... los que se quedaron en la Argentina se sentían que, buenos, ahí vienen los de México... estos que estuvieron afuera, que no tuvieron que sufrir las cosas de adentro (...). (MEYER, 2002: 272)*

A instalação do governo democrático não melhorou muito as coisas para os exilados. Na busca de cumprir sua promessa de justiça, o governo Alfonsín mandou investigar os crimes da ditadura – investigação na qual o exílio não se enquadrava, já que não era considerado uma das formas usadas pela repressão de Estado – e anunciou o Julgamento das Juntas Militares e de sete chefes de organizações “terroristas”<sup>6</sup>, sendo que seis deles encontravam-se vivendo no exterior. Dessa forma, confirmava-se a suspeita de ligação entre exílio e “subversão” e, mais uma vez, os exilados viam-se excluídos de sua pátria.

Para entender como essa associação entre exilado e subversivo perdurou por tanto tempo na Argentina pós-ditatorial, analisaremos as notícias veiculadas sobre os Montoneros e seus líderes nesse momento de transição política pelos jornais *Clarín* e *La Nación*, e qual a associação que os meios de comunicação fizeram entre o grupo guerrilheiro e aqueles que haviam saído do país.

---

<sup>6</sup> Baseando-se na *Teoria dos Dois Demônios*, que supõe ter sido a Argentina atingida por duas formas extremas de terrorismo, a de ultraesquerda e a de ultradireita, ambas de igual valor e intensidade, cujo enfrentamento levou ao terrorismo de Estado, o governo de Raúl Alfonsín levou ao banco dos réus, em 1984, sete chefes de diferentes organizações guerrilheiras e os chefes militares das três primeiras Juntas – Para mais informações, ver: CANELO, Paula, 2008; YANKELEVICH, Pablo, 2008; NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente, 2007.

### *Clarín e La Nación – a posição dos “sócios”*

Os jornais *Clarín* e *La Nación* formaram, juntamente com *La Razón*, o grupo denominado de “sócios” devido à participação dos três na empresa Papel Prensa S.A., que contava ainda com o Estado como um quarto sócio.

No período ditatorial, ambos os periódicos mantiveram uma postura alinhada com os valores “ocidentais e cristãos”, ajustada à Doutrina de Segurança Nacional. Próximos do governo militar, buscavam induzir seus leitores a uma determinada interpretação da realidade nacional. (DÍAZ, 2011: 154)

Já em meados dos anos 1970, *Clarín* e *La Nación* construíam uma imagem negativa das organizações armadas em seus discursos. Para os militares, era essencial que a sociedade corroborasse com tal imagem, identificando a “subversão” como a grande inimiga, aceitando, dessa forma, a necessidade da repressão.

*Ciertamente, ambos matutinos no solo habían apoyado al golpe, sino que comenzarían a explicitar in sinnúmero de coincidencias acerca de lo que la nueva administración debía mantener como fines primordiales: el monopolio de la fuerza y la recuperación de la devastada economía nacional. Además utilizaron su espacio editorial para transmitir al conjunto de la sociedad una férrea visión dicotómica que oponía a los valores occidentales y cristianos, en el caso de La Nación, y al Ser Nacional en el caso de Clarín, ante una alteridad negativa compuesta por la **subversión** y el **terrorismo**. (DÍAZ, 2011: 164. Grifo do autor)*

Se em relação à repressão o governo conseguia um apoio quase irrestrito no início de seu governo, o mesmo não pode ser dito a respeito da política econômica. As atitudes de Martínez de Hoz, Ministro da Economia em grande parte do período ditatorial argentino, foram o grande alvo dos jornais, principalmente *Clarín*. Se o governo vencia o terrorismo, não conseguia tirar o país do subdesenvolvimento e da grave crise econômica.

Com o aumento do número de exilados e principalmente após a visita da *CIDH*<sup>7</sup>, ambos periódicos aderiram ao discurso da campanha antiargentina feito pelo governo. Segundo o que se veiculava, as denúncias que apareciam na imprensa estrangeira faziam parte do plano da subversão que, derrotada internamente, havia se refugiado no exílio e buscava, ainda, prejudicar o país.

Após a Guerra das Malvinas, *La Nación* e *Clarín* passaram a fazer críticas mais abertas à condução política do regime militar. A repressão, que praticamente não era citada nos primeiros anos, começava a tornar-se assunto do dia-a-dia dos jornais. Contudo, a postura em relação aos exilados e sua suposta ligação com a guerrilha, pouco se alterou, contribuindo para a manutenção da péssima imagem do exílio nos primeiros anos de vida democrática.

### ***Montoneros e seus líderes – a imagem do mal***

Ao final do *Processo*<sup>8</sup>, a única vitória que a ditadura apregoava era na luta contra a “subversão”. Os militares não aceitavam fazer qualquer tipo de *mea culpa* em relação à repressão estatal instalada (CANELO, 2008: 198), pois somente haviam lutado numa guerra contra o principal inimigo do país. Contudo, a possibilidade de que membros do grupo Montoneros retornassem à Argentina colocava em xeque o discurso da vitória. Se a subversão havia sido completamente derrotada, como afirmavam os militares, como os guerrilheiros poderiam agora voltar?

O medo de que o retorno de ex-guerrilheiros representasse o recomeço da violência continuava a ser proclamado para a população. Os Montoneros já não

---

<sup>7</sup> Com o Mundial de Futebol de 1978 sendo realizado na Argentina, os olhos do mundo voltaram-se para esse país. Essa tornou-se uma grande oportunidade para os denunciantes da repressão, representados, nesse momento, pelas organizações de direitos humanos e pelos exilados. Com o grande aumento de denúncias, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) exigiu a visita de alguns de seus membros ao país. Sem opção para recuar, o governo militar cedeu, e a visita foi feita em 1979, após uma série de preparações. A população civil foi conclamada pelos meios de comunicação e políticos ligados ao regime a deixar claro sua indignação pela intromissão de “estrangeiros na vida nacional”. O discurso da campanha antiargentina tornou-se, nesse período, ainda mais difundido e forte. – Para mais informações, ver: JENSEN, Silvina, 2010

<sup>8</sup> O governo militar se autointitulava Processo de Reorganização Nacional

representavam o mesmo perigo que em 1976, no entanto, o melhor seria mantê-los afastados do país.

Mostrando que a Argentina ainda deveria manter-se atenta ao retorno da “subversão”, a Junta Militar lançou, em maio de 1983, um Informe no qual denunciava a ligação dos Montoneros com determinados grupos de atuação política no país. Em Conferência de Imprensa, o governo mostrava documentos que ligavam o *Movimiento de Intransigencia e Movilización Peronista (IMP)* ao grupo subversivo, afirmando que o movimento político travestia-se de peronista na tentativa de esconder sua verdadeira ideologia montonera.

No *Clarín*, enfatizava-se que o líder do IMP, Vicente Saadi, assim como outros membros ligados aos Montoneros, como Nilda Garré e Andrés Fremini fizeram viagens a França, México e Espanha para realizar tarefas de cooptação, reintegrando-os na luta armada. Segundo o governo, esses encontros foram dirigidos, fundamentalmente, pelas linhas internas dos Montoneros, apontando como provas as reuniões entre Saadi, Mario Firmenich e Obregón Cano realizadas em 1982.

*Añade el documento que en esas tres reuniones se trató la instrumentación de políticas y estrategias a desarrollar en la Argentina en oposición al gobierno militar, y que los contactos que el IMP llevó a cabo con los exiliados, desde un primer momento, fueron dirigidos fundamentalmente hacia las líneas internas de los montoneros, que ejecutaban el trabajo político, y a “otros sectores independientes o residuales de otras bandas de delincuentes subversivos” (Clarín, 21/05/1983. Grifo do jornal)*

Os documentos que provavam a tentativa dos Montoneros de voltar a atuar no país, apresentados em fotocópias pregadas em painéis para os jornalistas, haviam sido apreendidos, segundo a Junta Militar, nas operações policiais que levaram à morte dos dirigentes extremistas Raúl Clemente Yager e Eduardo Daniel Pereira Rossi. Diversas organizações de direitos humanos, contestando a versão oficial, denunciavam o sequestro dos dois supostos “subversivos”. (CANELO, 2008: 211)

A ênfase dada pelos dois maiores veículos de comunicação escritos do país sobre esse episódio era extremamente benéfica às Forças Armadas, pois já

exemplificam os riscos do país recair na anarquia reinante antes do início do *Proceso*. A repressão fora vencida internamente, contudo, esperava calmamente no exterior o momento certo de voltar a interferir na vida política nacional, gerando o caos.

Informando sobre o mesmo caso, *La Nación* traz, ao final da reportagem, uma nota informativa apontando quem seriam os homens que conduziriam os Montoneros do exterior. Entre os nomes, aparecem além de Yager e Rossi, “mortos em enfrentamento com a polícia”, Mario Eduardo Firmenich, Fernando Vaca Narvaja, Ricardo Obregón Cano e Oscar Bidegain. (*La Nación*, 21/5/1983). A suposta ligação dos Montoneros com um grupo ativo da vida política argentina foi uma das primeiras notícias a apontar a possibilidade de retorno do grupo guerrilheiro nesse momento de enfraquecimento do regime. A indicação da condução “radicada no exterior” e o enfoque no fato de que os líderes do grupo estariam buscando reunir-se com outros exilados, a fim de captá-los politicamente, possibilitando a reincorporação do grupo na vida política nacional e na luta subversiva (*Clarín*, 21/05/1983), colaborava na ligação da imagem de exilado com “subversivo”.

Para a população, notícias como essas confirmavam o medo daqueles que voltavam, pois não se poderia saber, certamente, quem eram os inocentes e os culpados, quais exilados haviam se envolvido, seja quando ainda estavam no país ou já no exterior, com as bandas de delinquentes subversivos que tanto mal causaram à Argentina. Em caso de dúvida, era preciso desconfiar de todos. No mesmo dia, *La Nación* comentava a notícia em editorial, afirmando que, depois de alguns anos de paz, a morte de chefes Montoneros presentes no país trazia de volta o medo da violência, seja a terrorista, seja a repressiva.

*Episodios recientes que cobraron especial notoriedad inducen a pensar, ahora, que la violencia aspira a instalarse de nuevo entre nosotros. Primero fue la muerte de un prominente cabecilla montonero, en Córdoba; luego, el abatimiento de otro, en el norte de Buenos Aires, junto a un dirigente de la izquierda del justicialismo entre cuyos antecedentes se cuentan hechos de carácter subversivo producidos durante los años 70. (La Nación, 21/5/1983. Grifo meu).*

Se supostas reuniões realizadas entre políticos ativos no país e líderes montoneros exilados já causava arrepios, a possibilidade de que esses últimos voltassem a viver na Argentina era motivo de extrema preocupação. Em 2 de junho de 1983, *Clarín* fazia a primeira denúncia de uma possível entrada de Firmenich e Vaca Narvaja na cidade de Santa Fé, através da fronteira com o Brasil. A nota ainda especulava que as autoridades municipais estavam cientes, e nada fizeram para impedi-lo. (*Clarín*, 02/06/1983).

No dia seguinte, o chefe maior do exército, tenente coronel Nicolaides, afirmava no *La Nación* que a possível presença dos dois dirigentes extremistas era, sim, motivo de preocupação, pois mostrava a clara intenção de ambos de reativar a ideologia subversiva no país. Dizia, ainda, que as Forças Armadas estão preparadas caso fosse necessário impedir o retorno da subversão, representada pelos Montoneros. (*La Nación*, 03/06/1983)

A suposta presença de dois líderes montoneros no país – a informação foi dada sem qualquer prova do acontecido, a não ser as notícias veiculadas na imprensa – confirmava, para grande parte da população, que exilados perigosos aproveitavam-se da fraqueza do regime militar e da aproximação das eleições para tentar reativar seus grupos no país. Já para os militares, essa suposta “reativação” mostrava que estavam certos na prática da luta antissubversiva, e o perigo ainda representado pelos “guerrilheiros”. Quanto aos candidatos à presidência, a volta de Firmenich e Vaca Narvaja provavam que era preciso encontrar mecanismos legais de prevenir o retorno da “subversão”.

Em meio ao turbilhão de acontecimentos no país, devido ao enfraquecimento do regime e ao aumento de denúncias de “desaparições”, o governo militar discutia a possibilidade de ditar uma lei de anistia. Os maiores debates dentro da Junta Militar referia-se a quem seriam os anistiados: somente aqueles que participaram da guerra antissubversiva, ou também os próprios subversivos.

Para muitos membros das Forças Armadas, ditar a anistia era, de alguma forma, admitir que houve erros na luta antissubversiva, o que acabava interpretado como uma

traição àqueles que, cumprindo ordens, livraram o país da violência terrorista. Sem embargo, era preciso ao governo uma garantia que o governo democrático que se instalaria não investigasse o terrorismo de estado. A anistia era, sem dúvida, um mal menor.

A chamada Lei de Pacificação Nacional<sup>9</sup> – ou Autoanistia – foi sancionada pelo governo ao final de setembro de 1983 e, supostamente, colocava um ponto final na discussão em torno da repressão. Por ela, todos os crimes de guerrilha e luta antissubversiva, cometidos entre 1973 e 1982, ficavam anistiados, excluindo-se os crimes de subversão econômica e também os terroristas que não vivessem de forma legal e declarada na Argentina. Com essa pequena exclusão, o governo mantinha afastados diversos exilados. Aqueles que ainda tinham pendências judiciais abertas pelo governo militar continuavam ameaçados de cair nas garras da repressão policial, caso voltassem ao país. A medida era apresentada como uma resposta ao medo da população do retorno dos Montoneros exilados e, com eles, da violência terrorista. Para o governo, a ditadura encerrava o capítulo repressivo e mantinha a Argentina a salvo daqueles que poderiam representar ainda algum perigo.

A lei de anistia foi criticada por diversos setores do país, principalmente os organismos de direitos humanos e partidos políticos, que afirmavam que esta não passava de uma estratégia para impedir que se descobrisse a verdade sobre a “guerra suja”. Nenhuma das críticas dizia nada a respeito da impossibilidade de muitos exilados retornarem, já que somente não poderiam retornar os “condenados” e “fugitivos”. Para a sociedade argentina, a volta desses exilados não era, efetivamente, desejada. Mais do que isso, era preferível que esses nunca mais retornassem ao país.

A lei de anistia acabou anulada, tanto pelo jurídico quanto pelo Poder Executivo democrático. A vitória de Alfonsín colocava a questão do terrorismo de estado na pauta do dia, e, com ele, trazia de volta a questão da violência subversiva. Nos jornais, com a posse de Alfonsín aproximando-se e o aumento no número de pessoas que retornavam

---

<sup>9</sup> Enquanto *La Nación* utilizará o nome dado à lei pelo governo – *Lei de Pacificación Nacional* –, *Clarín* preferirá o nome *Lei de Autoanistia*.

ao país depois de anos fora, fazia com que as discussões em torno do exílio e da subversão estivessem longe de ter fim.

Em novembro de 1983, *Clarín* publicava as declarações dadas por Firmenich em São Paulo, nas quais o montonero criticava o governo de Isabel de Perón, afirmando também que o sucesso do governo democrático instalado dependeria da capacidade da UCR de mobilizar as forças existentes em prol de seu projeto nacional. (*Clarín*, 23/11/1983)

Se não bastassem as declarações sobre como deveria ser conduzida a política de Alfonsín, Firmenich acabaria, pouco depois, confirmando sua intenção de voltar ao país, juntamente com outros homens também identificados com a “subversão”. No final do mês de novembro, o advogado Garzón Maceda apresentou frente à justiça um *habeas corpus* preventivo em nome de Firmenich, Vaca Narvaja, Roberto Cirilo Perdía e outras oito pessoas. Segundo o advogado, o objetivo era entender quais causas existentes contra esses exilados ainda eram válidas, considerando que todas haviam sido abertas pelo governo militar, agora praticamente fora do poder. (*Clarín*, 29/11/1983).

Um dos homens mais odiados do país, considerado responsável por levar milhares de jovens à morte ao introduzi-los na luta armada, queria voltar a viver em solo argentino. Para a sociedade, isso era inadmissível. Firmenich e outros tantos exilados nunca poderiam ser aceitos, pois sua presença nada poderia trazer de bom ao país.

As repercussões frente a esse pedido não tardariam a vir. Segundo o *La Nación*, a simples menção da possibilidade de retorno de Firmenich e outros tantos guerrilheiros:

*(...) tuvo el efecto de un intenso escalofrío que recorría todo el cuerpo de la Nación. Es que nadie puede olvidar la ola de violencia con las secuelas de norte que asolaron a la sociedad argentina a partir del momento en que comenzaron a operar las bandas terroristas.* (La Nación, 30/11/1983)

Poucos dias depois, *Clarín* informava que o *habeas corpus* havia sido negado, pois as causas abertas de Firmenich, por associação ilícita, de 1982, não permitia o direito de responder ao processo em liberdade. O governo alfonsinista mostrava que, independente de o processo ter sido aberto pelos militares, durante seu governo, pelo

crime de “subversão”, não deixariam de cobrar que os responsáveis respondessem por eles frente à justiça.

Para muitas pessoas que viviam no exterior, era essa a resposta que lhes faltava para confirmar o receio de que, mesmo sendo a Argentina uma democracia, ainda não teriam o direito de retornar devido aos possíveis problemas judiciais. Para a sociedade argentina, a democracia confirmava que muitos exilados haviam ido para o exterior para não responderem aos crimes de “subversão” cometidos no país. Dessa forma, era melhor mesmo que não retornassem.

A imagem dos exilados não era boa nem mesmo com aqueles que o haviam sofrido na pele. Solari Yrigoyen, ex-exilado e agora embaixador do governo Alfonsín:

*(...) al referirse al posible regreso a la Argentina de Mario Firmenich, dijo que los que son ‘asesinos confesos tiene más motivos que nadie para concurrir ante la Justicia (...)*

*Solari Yrigoyen afirmó que **aquí tienen que estar todos**, incluso los que tienen responsabilidades con las dos vertientes de la subversión, la guerrillera y la militar, que se impuso en marzo de 1976, **para responder ante la Justicia cuando la misma los convoque**. Agregó que los que tienen cuentas a rendir a la Justicia, que las rindan.” (La Nación, 01/12/1983. Grifos meus)*

As declarações de alguém como Yrigoyen, que passara anos sem pisar em sua pátria, confirmavam que muitos daqueles que reivindicavam o título e as dores do exílio não passavam de “terroristas” que, depois de anos de caos, buscavam voltar ao país sem prestar conta dos seus atos a ninguém.

A tentativa de regresso de Firmenich, o homem chamado de “monstro” pela sociedade, mobilizava diversos setores. A organização *Familiares y Amigos de los Muertos por la Subversión (FAMUS)*, partidos políticos e mesmo organizações econômicas, como a *Federación Agrária Argentina*, declaravam seu rechaço a essa

possibilidade. La Nación publicava, em 03/12/1983, as declarações do doutor Eugenio Aramburu, filho do general Pedro Eugenio Aramburu<sup>10</sup>:

*[El doctor Eugenio Aramburu dijo que] (...) le parece ‘racional y consecuente’ que **Firmenich trate de volver a la Argentina ‘con lo que ha dicho en el pasado’, para ‘desestabilizar y contribuir así a su propósito, es decir, a que los argentinos no vivamos civilizadamente’.***

*Aramburu dijo que Firmenich y otros subversivos ‘hicieron todo lo que los argentinos sabemos y no somos tan distraídos como para poder ignorarlo’. Agregó que ‘se fueron cobardemente del país y en el exterior siguieron asociados a todos los movimientos terroristas del mundo.*

*Por último, dijo que una de las causas que determinaron la caída del último gobierno constitucional fue ‘la situación de inseguridad generalizada que se vivía entonces como consecuencia de la acción descontrolada de toda esa gente’. (La Nación, 03/12/1983. Grifos meus)*

A tentativa de Firmenich e outros montoneros de voltar ao país fez as manifestações civis pipocarem nos matutinos. Para a sociedade, já era claro o que depois ficaria definido na *Doutrina dos Dois Demônios*, ou seja, que a esquerda armada fora tão culpada quanto a extrema direita pelos crimes cometidos em nome da luta antissubversiva. Na sessão de *Cartas al País*, *Clarín* publicava a opinião do leitor Manuel Villa, que expressava bastante bem os sentimentos nacionais, afirmando a igualdade de culpa de Firmenich e Camps, um porque foi uma das mãos executoras da repressão, e outro por ter levado a juventude à guerrilha. (*Clarín*, 05/12/1983). A escolha da publicação da carta colabora no entendimento da posição do jornal frente ao assunto.

O *La Nación* tecia seus comentários no editorial intitulado “El regreso de los montoneros”, no qual afirmava:

*Figura representativas por excelencia de ese fenómeno [terrorismo] (...) ocupan de señalar su voluntad de retornar a la Argentina, amparadas por el*

---

<sup>10</sup> O general Pedro Eugenio Aramburu foi assassinado em 1970 em uma ação do grupo Montoneros. O general era acusado pelo grupo de dois crimes imperdoáveis: a ordem de fuzilamento de 27 peronistas e a expatriação dos restos mortais de Eva Duarte de Perón. O assassinato de Aramburu foi, sem dúvida, uma das ações mais lembradas dos Montoneros.

*pronunciamiento popular que el 30 de octubre marcó el deseo común de los argentinos de vivir en paz y dentro del orden constitucional.*

*(...) No prometen enmienda ni admiten la culpa que cabe a la **acción terrorista y subversiva como desencadenante primera y principal de los largos años de llanto, dolor y muerte** que padeció esta tierra y que una clara voluntad cívica quiere dejar atrás para siempre a partir de este instante.*

*(...) Si la Argentina admite en su seno a quienes condujeron al caos por los métodos del terror y la subversión, porque así lo señala ahora la ley vigente, y se debe seguir tolerándolos porque esa ley no ha encontrado todavía la **forma de impedir su retorno**, debe hacer saber públicamente que no está dispuesta a permitir, de nuevo, ni los errores ni los crímenes cometidos por quienes parecen dispuestos a aprovecharse, otra vez, del espíritu y de la letra de la Constitución que nunca respetaron y que impunemente destrozaron.*  
(*La Nación*, 07/12/1983. Grifos meus)

Se já havia a ligação do exílio com a subversão, as coisas ficariam piores com a intenção do governo de levar as Juntas Militares e chefes guerrilheiros<sup>11</sup> ao banco dos réus. Com o Julgamento, o governo alfonsinista apresentava sua resposta à demanda de justiça exigida pela população, processando criminalmente os considerados responsáveis pela violência, geradora das violações inúmeras aos direitos humanos, como as milhares de “desaparições” investigadas.

Para os exilados, o Julgamento mostrava-se problemático na medida em que seis dos sete guerrilheiros acusados encontravam-se no exterior. A repressão em moldes militares havia acabado, mas a democracia não pretendia relevar as acusações, permitindo que estes vivessem um exílio dourado exterior. Reportagens publicadas tanto por *Clarín* quanto por *La Nación*, nos dias seguintes, confirmavam a necessidade de investigar aqueles que retornavam, para determinar sua inocência ou culpa.

---

<sup>11</sup> Os sete indiciados das organizações guerrilheiras foram: Mario Firmenich, Vaca Narvaja, Rodolfo Gabriel Galimberti, Norberto Cirilo Perdía, Hector Pedro Pardo, Enrique Gorriaran Merlo e Ricardo Obregón Cano, acusados de homicídio, associação ilícita, instigação pública para cometer delitos, apologia ao crime e outros atentados contra a ordem pública

Em 26/01/1984, em editorial intitulado *Los Exiliados*, o jornal da família Mitre afirmava ser louvável o convite de Alfonsín para o retorno dos exilados. Contudo, o editorial classificava-os em três grupos, afirmando ser necessário identificá-los:

*Uno de ellos está constituido por quienes abandonaron el país en busca de mejores horizontes para su vida personal en el plano económico o cultural (...)*

*Luego deben considerarse los numerosos exiliados que a lo largo de los últimos tres lustros dejaron las fronteras por motivos políticos y ideológicos. A su vez, deben distinguirse en dos grupos. El primero está constituido por los que vieron cegadas sus posibilidades de acción intelectual, docente, profesional e inclusive económica por restricciones de aquel carácter, o a raíz de sus ideas enfrentaron situaciones de inseguridad, de injusticia o de persecución que en mucho casos se extendió a sus familiares y allegados. (...)*

*Pero hay otro grupo que si dejó el país fue simplemente porque estaba comprometido con lleno en la subversión y en el terrorismo que tantos males trajeron a la sociedad argentina. La derrota de esas bandas armadas, que desataron una represión cruenta cuyas consecuencias todavía padecemos, empujó a muchos de sus integrantes y a de sus inspiradores doctrinarios a un exilio que no fue sino una tabla de salvación y que en no pocas ocasiones significó generosas acogidas de sus correligionarios en el exterior y de entidades o gobiernos que no les brindaron facilidades, trabajos y hasta situaciones oficiales muy bien retribuidas. (La Nación, 26/01/1984. Grifos meus)*

O último tipo de exilado, afirma ainda o jornal, deveria ser impedido, de todas as formas, de entrar novamente no país. A população deixava claro que não aceitaria que “terroristas subversivos” fossem aceitos como cidadãos perseguidos pela repressão. Contudo, como diferenciar aqueles que haviam sido perseguidos por discordarem do governo dos outros, os que pegaram em armas e provocaram o caos? A busca por proteção e o medo do “rebote subversivo” geravam a desconfiança de todo aquele que pisava em solo argentino após anos no exterior. Para os exilados que retornavam, além das dificuldades geradas pela readaptação, pela crise econômica, pela integração dos

filhos com o país, era preciso enfrentar os olhares, apontamentos e cochichos sobre quais os motivos que teriam, realmente, obrigado-os a sair.

O julgamento dos chefes guerrilheiros foi acompanhado com verdadeira devoção pelos jornais da capital. Enquanto pouco se falava dos membros da Junta, o nome de Firmenich era corrente. A grande questão girava em torno de trazê-lo de volta ao país para que pudesse ser, finalmente, julgado. No início de fevereiro *Clarín* informava que o governo pretendia pedir a extradição de Firmenich e Vaca Narvaja ao governo brasileiro, já que ambos residiam no Rio de Janeiro naquele momento. O jornal também dizia que o governo recusava-se a dizer como conseguira, de forma tão precisa, o endereço dos dois montoneros. (*Clarín*, 11/02/1984). Dois dias depois, o matutino informava que o endereço de Firmenich teria sido fornecido pelo próprio, que havia se dirigido à embaixada argentina para confirmar os dados necessários para registrar o filho nascido no país vizinho. Quanto à Vaca Narvaja, ainda não se podia esclarecer sobre como se chegara a seu paradeiro. (*Clarín*, 13/02/1984)

Na mesma época, *La Nación* relatava aos seus leitores sobre o pedido de extradição, contudo, em momento algum, perguntava-se sobre como as informações haviam sido conseguidas. Mais importantes do que isso, era descobrir se o governo brasileiro levaria a cabo o pedido da Argentina. Para confirmar o apoio da população à prisão do guerrilheiro, o jornal publicava diversas cartas de leitores que repudiavam, como na de Marta L. M. Zavalla, de 09 de abril de 1984. Para a leitora, aqueles que chamavam Firmenich de patriota faziam apologia ao crime, pois a soltura de um delinquente como este em nada colaboraria para o restabelecimento da paz no país. (*La Nación*, 09/04/1984).

A extradição de Firmenich acabou sendo concedida pelo Brasil, não resolvendo, entretanto, a imagem dos exilados. O líder montonero era, sem dúvida, o pior de todos aqueles que fugiram, mas não o único. Demonstrando que, mesmo com o Julgamento, muitos poderiam continuar livres, *Clarín* publicava entrevista de Roberto Cirilo Perdía, identificado também como montonero, na qual esse afirmava que o grupo podia atuar politicamente sob as formas legais e institucionais no país. Segundo Perdía, os

montoneros também se interessavam na manutenção da democracia, pois haviam reconhecido a dificuldade para reconquistá-la. (*Clarín*, 15/4/84). Apesar das declarações de tom pacifista, elas apenas confirmavam que a “subversão” continuava a espreitar do exterior, e que poderia voltar na figura de um exilado, a qualquer momento.

### **Conclusão**

A ligação entre a imagem do exilado e a do subversivo, criada pela ditadura militar para desqualificar as denúncias feitas no exterior, acabou sendo mantida no momento de transição e consolidação da democracia. O exilado, observado pela população com desconfiança, não podia ser enquadrado como vítima da repressão, pois não era possível atestar sua completa inocência.

Essa imagem de exilado-subversivo tornou-se mais forte com a ênfase dada em jornais como o *Clarín* e o *La Nación* ao perigo da volta da violência de esquerda, representada, principalmente, pelo possível retorno de membros do grupo Montoneros que viviam no exterior, sob o título de exilados políticos. Através dessa representação, os matutinos confirmavam a teoria da campanha antiargentina e ainda colaboravam na desconfiança voltada para todos aqueles que haviam saído um dia. A frase, *por algo habrá sido*, por tanto tempo usada para designar a situação dos “desaparecidos”, voltava-se agora para os exilados.

Para aqueles que viram na fuga da pátria a única maneira de sobreviver, a manutenção dessa negatividade em torno do exílio causara mais sofrimentos. Não bastassem as marcas deixadas pelo exílio, agora, num momento que deveria mostra-se somente de alegria, eram obrigados a encarar uma nova exclusão, pois eram impedidos de viver em paz e livremente no país democrático ao qual tanto sonharam retornar.

### **Fontes**

*Clarín*, maio/1983 – junho /1984

*La Nación*, maio/1983 – julho/1984

### **Bibliografia**

NUNCA MÁS. *Informe de la Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas*. 14ª edição, Buenos Aires: EUDEBA, 1986.

BORRELLI, Marcelo. “Una ‘batalla ganada’: Clarín y la compra de la papel prensa (1976-1978).” In SABORIDO, Jorge e BORRELLI, Marcelo H. (coord). *Voces y Silencios: la prensa argentina y la dictadura militar 1976-1983*. Buenos Aires: EUDEBA, 2011, pp. 19-53.

CANELO, Paula. *El Proceso en su laberinto. La interna militar de Videla a Bignone*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

CRENZEL, Emilio. *La Historia Política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2008.

DÍAZ, César L. “La Nación y Clarín frente a la violencia política (1976-1980)” in SABORIDO, Jorge e BORRELLI, Marcelo H. (coord). *Voces y Silencios: la prensa argentina y la dictadura militar 1976-1983*. Buenos Aires: EUDEBA, 2011, pp. 153-180.

DÍAZ, César L.; GIMÉNEZ, Mario J. e PASSARO, María M. “Entre la guerra sucia y la guerra de Malvinas, la guerra que no fue. Los medios y el conflicto del Beagle (1977-1982)” in SABORIDO, Jorge e BORRELLI, Marcelo H. (coord). *Voces y Silencios: la prensa argentina y la dictadura militar 1976-1983*. Buenos Aires: EUDEBA, 2011, pp. 83-118

GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e Democracia. Uma reflexão política*. RJ: J. Olympio, 1975.

JENSEN, Silvina. *Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

MEYER, Eugenia; SALGADO, Eva. *Un Refugio en la Memoria. La experiencia de los exilios latinoamericanos en México*. México: Editorial Oceano de México, 2002

NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983 – Do golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo: Edusp, 2007.

YANKELEVICH, Pablo. “Exilio y Dictadura” in LIDA, Clara A.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo (orgs.). *Argentina 1976 – Estudios en torno al golpe de Estado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colegio de México, 2008